



# B&T CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ/MF nº 73.622.748/0001-08  
Inscrição Municipal nº 0.157.817-0

Balancos patrimoniais em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	30/06/2018	30/06/2017
<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	4	35.477	17.782
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	11.007	12.173
Título e Valores Mobiliários	5	2.192	1.070
Carteira de Câmbio	6	26.189	24.438
Correntagem a Receber		594	647
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(5)	(15)
Outros créditos	7	1.560	1.078
Despesas Antecipadas	8	215	352
		<b>77.229</b>	<b>57.525</b>
Investimento	9	166	380
Imobilizado de Uso	10	609	657
Intangível	11	782	487
		<b>1.557</b>	<b>1.524</b>
		<b>78.786</b>	<b>59.049</b>
<b>Total do ativo</b>			
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Relações Interdependências	12	13.771	-
Carteira de Câmbio	6	33.088	27.078
Obrigações Sociais e Estatutárias	13	617	205
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	14	1.486	1.497
Outras Obrigações	15	11.655	13.566
		<b>60.617</b>	<b>42.346</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital Social	17	9.000	9.000
Reservas de Lucros		8.018	7.704
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1)	(1)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		1.152	-
		<b>18.169</b>	<b>16.703</b>
		<b>78.786</b>	<b>59.049</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultado em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por quotas)			
	Nota	30/06/2018	30/06/2017
<b>Resultado da intermediação financeira</b>			(Reclassificado)
Resultado de Operações de câmbio	18	38.542	37.994
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	505	723
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5)	6
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>39.042</b>	<b>38.723</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>			
Receitas de Prestação de Serviços		2.711	2.845
Despesas de pessoal	19	(5.707)	(6.107)
Outras despesas administrativas	20	(31.160)	(32.256)
Despesas tributárias	21	(2.546)	(2.277)
Resultado de participação em Controlada e Coligada	9	381	852
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	452	762
<b>Resultado Operacional</b>		<b>3.173</b>	<b>2.542</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>2</b>	<b>33</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no resultado</b>		<b>3.175</b>	<b>2.575</b>
Provisão para Imposto de renda	23	(442)	(422)
Provisão para Contribuição social	23	(366)	(348)
Imposto de renda - Diferido	23	22	77
Contribuição social - Diferido	23	17	62
Participações nos lucros e resultados		(695)	(129)
<b>Lucro líquido</b>		<b>1.711</b>	<b>1.815</b>
<b>Juros sobre Capital Próprio</b>		<b>(559)</b>	<b>(551)</b>
<b>Lucro por quota:</b>			
Quantidade de quotas		9.000	9.000
Lucro líquido por quotas		0,19	0,20

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)			
	Nota	30/06/2018	30/06/2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		1.711	1.815
<b>Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido:</b>			
Equivalência patrimonial	9	(381)	(852)
Depreciações e amortizações		191	195
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		4	(6)
Ganho de Capital		(2)	(33)
Ajuste de exercícios anteriores		-	(19)
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>			
Títulos e valores mobiliários		(67)	(68)
Disponibilidades em moedas estrangeiras		(12.225)	(7.285)
Outros créditos		(3.508)	(12.452)
Outros valores e bens		(50)	(195)
Outras obrigações		12.831	17.127
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>		<b>(1.496)</b>	<b>(1.773)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamento pela aquisição de ativos permanentes		(347)	(327)
Dividendos recebidos	9	555	1.284
Alienação de Cotas		1	-
Recebimento pela venda do Imobilizado		9	89
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>		<b>218</b>	<b>1.046</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Juros sobre capital próprio pagos		(559)	(551)
Dividendos pagos	17	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(559)</b>	<b>(551)</b>
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.837)</b>	<b>(1.278)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		13.874	14.034
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre</b>		<b>12.037</b>	<b>12.756</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Ajuste de Valor Patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2016</b>	9.000	-	6.459	8	-	15.467
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	1.815	1.815
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(551)	(551)
Constituição de reserva de lucro	-	-	1.245	-	(1.245)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(9)	(9)	(9)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(19)	(19)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2017</b>	<b>9.000</b>	-	<b>7.704</b>	<b>(1)</b>	-	<b>16.703</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2017</b>	<b>9.000</b>	-	<b>8.018</b>	-	-	<b>17.018</b>
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	1.711	1.711
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(559)	(559)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1)	(1)	(1)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2018</b>	<b>9.000</b>	-	<b>8.018</b>	<b>(1)</b>	<b>1.152</b>	<b>18.169</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto operacional.** A B&T Corretora de Câmbio Ltda., ("Corretora") autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tem por objetivo social a intermediação em operações de câmbio e atuação no mercado de câmbio de taxas flutuantes, de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.** **2.1. Base de elaboração.** As demonstrações contábeis da Corretora são de responsabilidades da Administração e foram preparadas de acordo com as diretrizes das Leis no 4.595/64 (lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº. 11.638/07 e 11.941/09, para contabilização das operações, associadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); Resolução CMN nº 3.604/88 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03); Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução CMN nº 3.793/11 - Eventos Subsequentes (CPC 24); Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamentos Baseados em Ações (CPC 10); Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução nº 4.114/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN; Resolução nº 4424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1); Resolução nº 4524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2); Resolução 4534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 R1); Resolução 4535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Corretora em 10 de agosto de 2018. **2.2. Descrição das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis.** **a) Moeda funcional e de apresentação.** As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$mil), que é a moeda funcional e de apresentação da Corretora. **b) Caixa e equivalentes de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez.** Registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e valores mobiliários.** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: i. Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. ii. Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. iii. Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **e) Corretagem a Receber.** A Corretora considera cada transação no cálculo desse montante, registrando, quando relevante, a crédito nesse grupo de contas em contrapartida à rubrica "Receita de Prestação de Serviços", no resultado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas. **f) Investimento.** O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional nos lucros ou prejuízos dessa Corretora é reconhecida na demonstração do resultado. **g) Imobilizado de uso e intangível.** É registrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas. As depreciações e amortizações são computadas pelo método linear, de acordo com as taxas informadas nas Notas Explicativas nº 10 e nº 11. **h) Outros ativos e passivos circulantes.** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes respectivamente. **i) Provisões.** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **j) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.** A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$240. No período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi majorada em 5% passando para a 20% para as pessoas jurídicas referidas nos incisos I a VII e X do §1º do art. 1º da Lei Complementar 105/2001 (instituições financeiras), conforme previsto na MP 675/2015, convertida com alterações na Lei 13.169/2015. O efeito do imposto de renda diferido ativo sobre as diferenças temporárias entre os registros contábeis e fiscais e sobre a expectativa dos benefícios futuros sobre o saldo dos prejuízos fiscais e das bases negativas da contribuição social, é registrado somente quando existe segurança suficiente sobre a sua realização, através de estudos técnicos e análises realizados pela administração. **k) Operações de Câmbio.** São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base "pro-rata dia"), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas (quando aplicável). **l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais.** As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão substanciadas na Resolução BACEN nº 3.535/08, sendo estas as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e • **Obrigações legais:** são registradas como exigível independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **m) Direitos e obrigações.** Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária estão demonstrados pelos seus valores atualizados. **n) Apuração do resultado.** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata dia". **o) Resultado financeiro.** Representa os juros sobre aplicações em títulos públicos, remunerados pela taxa oficial, que são reconhecidos nos resultados do período pelo regime de competência. **p) Juros sobre capital próprio.** A Corretora utiliza o benefício fiscal da distribuição de lucros na forma de juros sobre o capital próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação "pro rata dia" das taxas de juros de longo prazo - TJLP. **q) Reclassificação de saldos comparativos.** As

demonstrações contábeis de 30 de junho de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas para adequações as políticas contábeis de acordo com a interpretação das origens das despesas. Essa mudança ocorreu afim de atender o comunicado do BACEN nº 118042081 transmitido em 14/06/2018.

### 30 de junho de 2017

Apresentado	Ajuste	Reapresentado
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		
Outras despesas administrativas	(13.663)	(18.593)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(17.831)	18.593
		762

1. Para melhor comparabilidade, foram realizadas reclassificações de despesas operacionais para despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 20.

30/06/2018	30/06/2017
<b>3. Caixa e equivalentes de caixa</b>	
Disponibilidades em moeda local	514
Depósitos Bancários	516
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.007
	<b>12.037</b>

30/06/2018	30/06/2017
<b>4. Disponibilidades</b>	
Disponibilidades em moeda local	514
Depósitos bancários	516
Disponibilidades em moedas estrangeiras	34.447
	<b>35.477</b>

30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.007	12.173	-
Títulos e Valores Mobiliários	11.473	11.005	11.007
	<b>11.007</b>	<b>12.173</b>	<b>2.192</b>

30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Letras do Tesouro Nacional	11.007	12.173	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.192
	<b>11.007</b>	<b>12.173</b>	<b>2.192</b>

30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>			
Vencimento	11.007	12.173	-
Quantidade	11.007	12.173	-
Valor de Mercado	11.007	11.007	-
Valor de Ajuste de Mercado	-	-	2.192

30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>			
Vencimento	11.007	12.173	-
Quantidade	11.007	12.173	-
Valor de Mercado	11.007	11.007	-
Valor de Ajuste de Mercado	-	-	2.192

Letras do Tesouro Nacional  
Letras Financeiras do Tesouro

30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>6. Carteira de Câmbio</b>			
Ativo			
Câmbio comprado a liquidar	6.736	5.216	
Direitos sobre venda de câmbio	26.110	21.988	
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(6.657)	(2.766)	
	<b>26.189</b>	<b>24.438</b>	

30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>Passivo</b>			
Câmbio vendido a liquidar	26.622	21.848	
Obrigações por compra de câmbio	6.764	5.230	
(-) Adiantamentos de contrato de câmbio	(298)	-	
	<b>33.088</b>	<b>27.078</b>	

30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>7. Outros créditos</b>			
Adiantamentos e antecipações salariais	232	201	
Adiantamentos a fornecedores	42	27	
Adiantamento para Viagens	24	-	
Depósitos Judiciais	484	367	
Caução e Valores em Garantia	126	122	
Impostos e contribuições a recuperar	356	346	
Valores a receber de Sociedade Ligada	56	-	
Devedores diversos	240	15	
	<b>1.560</b>	<b>1.078</b>	

30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>8. Despesas Antecipadas</b>			
Vale refeição	65	114	
IPTU	40	32	
Seguros	9	1	



## B&T CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ/MF nº 73.622.748/0001-08  
Inscrição Municipal nº 0.157.817-0

	30/06/2018	30/06/2017		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - Ajustado</b>	<b>1.921</b>	<b>1.921</b>	<b>1.895</b>	<b>1.895</b>
<b>Adições:</b>				
Provisão para Participação nos Lucros	-	-	129	129
Outras Despesas	86	86	993	993
Provisões Indutíveis	392	392	364	364
<b>Total das adições</b>	<b>478</b>	<b>478</b>	<b>1.486</b>	<b>1.486</b>
<b>Exclusões:</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(381)	(381)	(852)	(852)
Despesa de Exercício Anterior			(19)	(19)
Reversão de provisões de Exerc. Anterior	(337)	(337)	(768)	(768)
<b>Total das exclusões</b>	<b>(718)</b>	<b>(718)</b>	<b>(1.639)</b>	<b>(1.639)</b>
<b>Base do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.681</b>	<b>1.681</b>	<b>1.742</b>	<b>1.742</b>
IRPJ/CSLL	(444)	(366)	(424)	(348)
Dedução de incentivos fiscais	2		2	
<b>Despesa Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(442)</b>	<b>(366)</b>	<b>(422)</b>	<b>(348)</b>
<b>Adições Temporárias</b>				
Provisão para Participação nos Lucros <sup>1</sup>	-	-	129	129
Provisão para Comissões	86	86	180	180
IRPJ/CSLL Diferido no exercício <sup>2</sup>	22	17	77	62
<b>Exclusões (Reversões das Adições Temporárias de Ex. Anterior)</b>				
Pagamento/Reversão PLR exercício anterior	(145)	(145)	(612)	(612)
Reversão IRPJ/CSLL Diferido Exercício Anterior	(36)	(29)	(153)	(122)
<b>Total Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(406)</b>	<b>(337)</b>	<b>(269)</b>	<b>(226)</b>

(1) O valor provisionado para pagamento de participação nos lucros aos funcionários terá efeito fiscal no semestre seguinte, quando haverá seu pagamento ou reversão. (2) Os créditos tributários foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social (20%), determinada pela Lei nº 13.169/15.

**24. Compromissos. Contratos de aluguel.** A Corretora realiza suas atividades operacionais em imóveis alugados. Os contratos de locação possuem cláusulas de correção anuais, corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Segue abaixo a projeção anual de pagamentos para os próximos exercícios, considerando a vigência dos contratos em aberto:

Ano	Pagamentos						
	RJ	SP	PE	DF	AL	ES	PB
2010	200	272	653	244	25	07	23
2019	576	544	1.307	407	50	173	45
2020	576	544	1.307	407	50	173	45
2021	576	544	1.307	407	50	173	45
2022	576	544	1.307	407	50	173	45

**25. Divulgação de Partes Relacionadas.** A corretora em observância ao CPC 05 divulga as transações e saldos existentes com partes relacionadas nas suas demonstrações contábeis.

Pessoa-chave da Administração	Plano de Saúde	Honorários	Juros sobre Capital Próprio/Dividendos	Capital Total
	11	90	1.152	1.253
	11	90	1.152	1.253

**26. Limites operacionais.** O Patrimônio de Referência Exigido (PRE), obtido de acordo com a legislação em vigor, está demonstrado a seguir:

	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio Líquido Contábil	18.169	16.703
Ajuste Prudencial PR	(948)	(768)
<b>Patrimônio de referência (PR)</b>	<b>17.221</b>	<b>15.935</b>
Risco de crédito (RWAcpad)	531	431
Risco de mercado (RWAcm)	593	237
Risco operacional (RWAopad)	9.933	11.650
<b>Patrimônio de referência exigido (PRE)</b>	<b>11.057</b>	<b>12.318</b>
Margem sobre o PR considerando o RWA	6.166	3.618
Adicional de Capital Principal	(2.403)	(1.665)
<b>Folga Líquida</b>	<b>3.763</b>	<b>1.953</b>

O índice de Basileia para a data-base de 30 de junho de 2018, apurado em conformidade com a Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07, a Circular nº 3.360/07, é de 13,44% para a instituição financeira (11,97% em 30 de Junho de 2017). **27. Gestão de Riscos.** A gestão do risco tem como objetivo minimizar o eventual impacto negativo resultante da sua materialização, bem como avaliar as relações de Risco x Retorno, atuando não só de forma preventiva aos eventos de incerteza, mas principalmente, criando oportunidades de ganhos. A gestão de riscos é realizada a partir das diretrizes existentes nas normas e políticas da Corretora, cuja gestão é de responsabilidade da Diretoria Executiva e da Área de Governança Corporativa. **I. Gerenciamento do risco operacional.** Por definição, o risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O crescente aumento do volume de operações da Corretora nos últimos anos, associada à necessidade de sofisticação tecnológica, tornou o ambiente de negócios mais complexos e aumentou a exposição aos riscos. Diante disto e conforme Resolução nº 3.380/06, a Corretora criou uma estrutura de gerenciamento do risco operacional, capaz de identificar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e mitigar os riscos associados às suas atividades. A Corretora desenvolve permanentemente políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas advindas da exposição aos riscos inerentes às suas atividades, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais, visando monitorar, controlar e assegurar o cumprimento das re-

gras e normas aplicáveis, para que práticas inadequadas não comprometam a condução dos negócios e acarretem perdas contábeis. O relatório de risco operacional está à disposição dos interessados na sede da Corretora. **ii. Gerenciamento do Risco de Mercado.** Conforme Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Esta definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado da Corretora encontra-se em linha com os princípios do Conselho Monetário Nacional e constitui um conjunto de regras para controlar a exposição ao risco, mantendo-o diariamente em níveis mínimos, conforme parâmetros estabelecidos pela Diretoria Executiva e Financeira. Cabe ressaltar que o processo de gestão e controle do risco de mercado é revisado periodicamente com objetivo de manter-se alinhado com as legislações vigentes e melhores práticas de mercado. Dessa forma, a estrutura criada está apta a avaliar e monitorar os riscos associados garantindo eficiência na gestão desses riscos, controlando ainda, o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua carteira conforme determina a Resolução nº 3.490/07 do Banco Central do Brasil. O relatório de risco de mercado está à disposição dos interessados na sede da Corretora. **iii. Gerenciamento do Risco de Crédito.** Fundamentado na Resolução do Banco Central nº 3.721, de 30 de abril de 2009, a exposição ao risco de crédito pela Corretora está ligada a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações de câmbio. A Corretora não realiza quaisquer operações de crédito. Como instrumentos mitigadores, além de atuar de forma conservadora, respeitando rigorosamente os limites regulatórios e prudenciais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, a área de *Compliance* possui procedimentos de avaliação que permitem agir proativamente na seleção das instituições e clientes aptos a operar com a corretora, minimizando a exposição ao risco. Não foram registradas no período perdas decorrentes de eventos relacionados a risco de crédito. O relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito está à disposição dos interessados na sede da Corretora. **iv. Gerenciamento de risco de liquidez.** Em conformidade com a Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012, define-se como risco de liquidez a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez da Corretora encontra-se em linha com os princípios do Conselho Monetário Nacional e constitui um conjunto de regras para controlar a exposição ao risco, mantendo-o diariamente em níveis mínimos pré-definidos, conforme parâmetros estabelecidos pela Diretoria Executiva e Financeira. Cabe ressaltar que o processo de gestão e controle do risco de liquidez é revisado

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Administradores da **B&T Corretora de Câmbio Ltda. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da B&T CORRETORA DE CÂMBIO LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da B&T CORRETORA DE CÂMBIO LTDA. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos. Auditoria do período anterior.** As demonstrações contábeis da B&T CORRETORA DE CÂMBIO LTDA. para o semestre findo em 30 de junho de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 25 de agosto de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderíamos afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2018.  
**Crowe Horwath Bendoraytes & Cia.**  
Auditores Independentes - CRC 2RJ 0081/O-8

**Geysa Bendoraytes e Silva**  
Contadora - CRC 1RJ 091330/O-5

## Consumidor pagará ajuste de preços provocado pela alta do dólar

O consumidor pode se preparar para os repasse dos ajustes de preço. A previsão é de Marcelo Roque, CEO da Preço Certo e especialista em precificação e indicadores financeiros, ao analisar os impactos da atual sequência de alta do dólar, que já ultrapassou a casa dos R\$ 4, acumulando uma valorização de 10% ao longo do ano, após sucessivas flutuações.

Na sua opinião os empresários terão um grande desafio para manter o ponto de equilíbrio das empresas, principalmente, devido a diminuição expressiva das margens de lucro. "Ainda mais quando falamos de importação, porque a necessidade de capital de giro vai aumentar nas empresas."

Os efeitos na compra de matéria-prima importada também serão sentidos na medida em que o

encarecimento direto dela e o pagamento de mais imposto por conta desse preço maior. "É o mesmo efeito da compra de mercadoria. A indústria tem uma dificuldade ainda maior de repasse por causa das tabelas de preço definidas pelos distribuidores", explica.

### Descontos agressivos

Quando a influência na formação da margem de lucro das pequenas e médias empresas, Roque lembra que o dano maior é na pequena empresa importadora, na estrutura de capital de giro. "O empresário que quiser



**Marcelo Roque: 'Empresas oferecendo descontos muito agressivos, mas à vista, para tentar reduzir a capacidade de capital de giro'**

sobreviver precisa de muito controle financeiro e boa gestão", destaca.

"A gente, provavelmente, vai ver empresas oferecendo descontos muito agressivos, mas à vista, para tentar reduzir a capacidade de capital de giro. É um cenário muito desafiador. O impacto no fluxo financeiro das empresas é bem expressivo",

Quando aos riscos da alta concentração das reservas monetárias do país no dólar, o analista da Preço Certo vê, como lado bom, principalmente, a valorização da moeda norte-americana. "Mas por outro é ruim porque nossa moeda fica cada vez mais fraca. Melhora um pouco a

visão, mas a gente não tem investimento externo, aliado ao cenário de incerteza política e econômica. A gente tem que tentar suavizar a economia para resgatar a confiança do investidor de fora."

As abruptas e consecutivas mudanças de rumos da moeda norte-americana, fruto da política de dólar flutuante existente no país, não é motivo de problema para Marcelo Roque. "O dólar vai ter que flutuar sim. Qualquer tentativa de segurar uma moeda com uma lei ou outra medida fora do livre mercado traz chance de crescimento de inflação alto, é inviável", ressalta.

## Cade condena multinacionais japonesas por cartel em tubos para TV

O tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou, por unanimidade, duas empresas japonesas por cartel na fabricação e comercialização de tubos de imagens coloridas para televisores e monitores de computadores. Segundo o órgão, a prática ocorreu internacionalmente entre 1995 e 2007, mas teve efeitos sobre o mercado brasileiro.

As empresas Toshiba e MT Picture Display, subsidiária da Panasonic, foram multadas em R\$ 4,9 milhões. Segundo o Cade, o Ministério Público Federal comprou acordos para fixação de preços, divisão de mercados entre concorrentes, troca de informações comercialmente sensíveis e restrição de produção. As investigações, informou o Cade, demons-

traram que o acordo era feito por meio de e-mails e de reuniões bilaterais e multilaterais.

Segundo o Cade, o cartel prejudicou importadores brasileiros, assim como consumidores brasileiros que compraram televisores e computadores com essa tecnologia. De acordo com o processo, as empresas chegaram a promover reuniões no Brasil e a mencionar clientes brasileiros em encontros realizados em outros países.

As provas de que as condutas ocorreram e causaram prejuízos ao mercado nacional foram obtidas, principalmente, por meio de acordos de leniência e termos de compromisso de cessação (TCCs). Os acordos foram firmados entre o Cade, pessoas físicas e oito empresas

do mercado de televisores e de computadores.

### Defesa

Nas alegações do processo, a MT Picture Display informou que os acordos de leniência contêm falhas e que as acusações não demonstram que a empresa teve participação ativa e individualizada no cartel. Segundo a companhia, o volume de vendas de tubos de imagens para o Brasil foi insuficiente para afetar o mercado brasileiro.

A defesa da Toshiba alegou que a empresa deixou de produzir tubos de imagens em 2003 e que as exportações de tubos de imagens coloridos para o Brasil entre outubro de 1994 e novembro de 2002 foram pequenas demais para caracterizar prática anticoncorrencial.

## Congresso Aço Brasil: país precisa investir em infraestrutura para crescer

Foi apresentado no Congresso Aço Brasil, nesta quarta-feira, estudo inédito feito a partir de parceria entre o Instituto Aço Brasil e a consultoria e8. Foram analisadas 54 obras do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal. A coordenadora do estudo, Eliana Taniguti, aponta que os sistemas previstos no PPI de óleo e gás, ferrovias, aeroportos, portos e rodovias têm potencial de consumo de 8,4 milhões de toneladas de aço, gerando impactos relevantes.

José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), diz que a indústria do aço "tem condições de ajudar o país a entrar nos eixos. Com qualidade de serviço, emprego, renda e desenvolvimento. O próximo governante precisa fazer reformas. Apostem na construção para isso. Tenho certeza que o Brasil será outro".

Segundo Martins e Paul Proce, representante do Banco Mundial, um país, para crescer, precisa in-

vestir, pelo menos, 5% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em obras de infraestrutura. O Brasil, atualmente, tem injetado menos de 2% do PIB no segmento. Proce critica, ainda, a qualidade de investimentos do país. "Temos que gastar com qualidade. O grande gargalo do país é a falta de planejamento. Falo com investidores de todo o mundo que querem vir para o Brasil, mas a falta de planejamento claro e as mudanças de regra desencorajam".